

Dissertações Defendidas pelos Discentes do PEP em Economia Política da PUC-SP em 2017

Rafael Breda Justo

Prof. Dr. Aquilas Nogueira Mendes – PUC/SP (orientador)

A Política de Assistência Social Brasileira no Contexto do Capitalismo Contemporâneo: uma análise do período 2003 a 2010

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19775>

A partir de 2003, com a entrada de Lula na Presidência da República, a política de assistência social passa a se configurar como a principal forma de enfrentamento dos problemas sociais no Brasil. As ampliações desta política no período, sobretudo por meio da priorização de políticas relacionadas aos mecanismos de transferência de renda, permeiam o debate sobre as políticas sociais e serviram, majoritariamente, como instrumento de defesa deste governo. Entende-se que o contorno da política de assistência social implantada no período de 2003 a 2010, possui uma relação muito próxima com o contexto do modelo de acumulação contemporâneo, fundamentado pelo processo de financeirização das economias, pela lógica da política econômica implementada a partir dos anos 1990 e consolidada a partir do estabelecimento do Plano Real. Nesse sentido, o objetivo principal desta pesquisa é analisar a política de assistência brasileira no período de 2003 a 2010 levando em consideração sua relação dialética com o contexto de hegemonia do modelo de acumulação contemporâneo de capital.

Leandro Silva Mesquita

Profa. Dra. Elizabeth Borelli – PUC/SP (orientadora)

Investimento produtivo dos Fundos de Pensão: uma crítica a estrutura de juros brasileira

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19788>

A história econômica do Brasil é fortemente marcada por grande escassez de poupança e isso sempre foi apontado como um dos problemas centrais para o baixo nível de investimento na economia. Os fundos de pensão, possuidores de grandes recursos disponíveis para investimento, poderiam alavancar o desenvolvimento do país alocando uma parcela de seus recursos nos setores produtivos da economia. Hoje em dia, a maior parte destes recursos disponíveis para investimento está concentrado no mercado especulativo, ou seja, praticamente não contribuem em nada com o desenvolvimento econômico do país. O principal fator de desincentivo ao investimento produtivo é a elevadíssima taxa de juros praticada hoje na economia brasileira, próxima de 14% a.a., que possibilita aos gestores dos fundos de pensão o cumprimento de suas obrigações concentrando os investimentos apenas em títulos públicos federais. O objetivo fim de um fundo de pensão é garantir uma aposentadoria confortável aos seus participantes, e para isso os administradores dos fundos devem zelar pela liquidez e solvência dos planos. Porém, além de atuar com destaque na seguridade social do país (seu papel principal), os fundos de pensão poderiam também estar contribuindo de forma mais ativa no desenvolvimento econômico do Brasil. Esse montante de capital disponível para investimento, com obrigações apenas de longo prazo, que poderia ser

extremamente útil para o desenvolvimento social, termina concentrado em sua grande maioria no mercado especulativo.

Marcos Henrique do Espirito Santo

Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes – PUC/SP(orientador)

Fundo público e capital portador de juros: os dilemas do financiamento da seguridade social no Brasil

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19787>

O objetivo desta pesquisa é compreender a relação entre o fundo público e o capital portador de juros no Brasil, com uma particular análise sobre os efeitos provocados por essa relação no Orçamento da Seguridade Social. A seguridade social, constantemente ameaçada pela finança globalizada, encontra no Brasil sua expressão mais evidente. Para tanto, será resgatada a compreensão do capital portador de juros a partir de Marx, além da constituição do fundo público no pós-II Guerra Mundial com objetivo de contextualizar a relação entre os dois elementos em destaque. É, contudo, a partir da crise estrutural do capital e do avanço da desregulamentação financeira que o fundo público, constituído para proteção social, sofre duro ataque.

Andreia Marques Duarte

Prof. Dr. Luiz Moraes de Niemeyer Neto – PUC/SP (orientador)

Fluxos de Capitais para o Brasil: o investimento estrangeiro em portfólio no período 2008 a 2015

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19789>

O presente trabalho analisa os principais fatores que exerceram influência sobre os fluxos de capitais direcionados ao Brasil ao longo do período 2008-2015, particularmente os fluxos de investimento estrangeiro em portfólio. Destacam-se dentre os fatores internos o diferencial da taxa de juros, o aumento das reservas internacionais e a elevação ao grau de investimento pelas agências de classificação de risco e entre os fatores externos a ampliação da liquidez internacional propiciada pelas políticas de flexibilização monetária adotadas nos países centrais. Será desvelada a contextualização da crise financeira internacional, iniciada nos Estados Unidos em meados de 2007 e a repercussão e impactos para o Brasil em termos de fragilização financeira externa sob a ótica da Hipótese da Fragilidade Financeira de Minsky.

Carlos Alberto Gentil Junior

Prof. Dr. Marcel Guedes Leite – PUC/SP (orientador)

Regulação Financeira e Risco Sistêmico: uma análise sob a ótica das teorias das falhas de mercado e de Keynes/Minsky

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19974>

A desregulamentação e a liberalização do mercado financeiro internacional a partir dos anos 1980 permitiram a alteração de regras da regulação financeira e consequentemente fomentaram o desenvolvimento de instrumentos financeiros cada vez mais complexos. Entretanto as diversas crises financeiras que atingiram o sistema

financeiro internacional, principalmente aquela ocorrida a partir de 2007, demonstraram que a regulação baseada exclusivamente no pensamento econômico mainstream das falhas de mercado não estava preparada para combater o chamado risco sistêmico. O objetivo desta pesquisa é mostrar que as medidas adotadas pela regulação financeira internacional, baseadas somente na teoria das falhas de mercados, são insuficientes para evitar os riscos sistêmicos decorrentes da fragilidade e da instabilidade do sistema. Dessa forma, para que essa regulação tenha eficácia na mitigação de novas crises financeiras decorrentes dos riscos sistêmicos, é essencial sua reavaliação com base nos fundamentos teóricos elaborados por Keynes e desenvolvidos por autores pós-keynesianos, dentre os quais se destaca Minsky, negligenciados pela teoria neoclássica, tais como a incerteza não probabilística e a preferência pela liquidez.

Leon Santiago Mendes Suhett

Profa. Dra. Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha – PUC/SP (orientadora)

O pensamento latino-americano: da CEPAL à teoria marxista da dependência

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19898>

Esta dissertação analisa a evolução do pensamento econômico latino-americano entre as décadas de 1950 e 1970. O início da pesquisa possui como marco a criação da Comissão Econômica para América Latina, em 1949, pois entendemos que a institucionalização da Comissão, encabeçada por Raúl Prebisch, inaugura o processo de constituição de um pensamento crítico e autêntico na região. As obras de André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini são analisadas sob o intuito de compreender os limites e avanços destas contribuições. Em nosso estudo, abordamos os aqui considerados principais conceitos e categorias ensejados por cada autor. Dessa maneira, imputamos à obra de André Gunder Frank um papel de intermediação, ao proporcionar elementos para o rompimento com os anseios reformistas dos intelectuais cepalinos e estabelecer alguns pilares que permitirão a construção da Teoria Marxista da Dependência.

Raquel Nair Rodrigues

Profa. Dra. Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha (orientadora)

Desenvolvimento econômico e distribuição de renda: enfoque sobre as causas do subdesenvolvimento brasileiro

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20070>

A pesquisa que ora se apresenta, recorre às análises de Celso Furtado entre outros reconhecidos autores, para abordar a má distribuição de renda no Brasil sob a perspectiva de seus condicionantes estruturais, em especial, procura-se apontar a dependência tecnológica como o principal fator determinante da desigualdade. Argumenta-se que sem tecnologias próprias, o mercado interno tenderia a voltar-se cada vez mais para o topo mais rico da população. Nesse modelo de acumulação, somente a camada mais elevada da renda seria capaz de dar continuidade à acumulação de capital. Assim, os Planos Nacionais de Desenvolvimento ao adotarem políticas de crescimento econômico, mantido o caráter exógeno das transformações técnicas, base do referido modelo, apenas reforçaram o subdesenvolvimento. Ademais, busca-se salientar que esse modo de acumulação implica em superexploração do trabalho. Ao resgatar as conclusões, elaboradas por um dos pioneiros no estudo do subdesenvolvimento, suas

causas e consequências, pretende-se contribuir para trazer à tona o referido tema para o debate.

Franklin de Oliveira Lacerda

Prof. Dr. Rubens Rogerio Sawaya – PUC/SP (orientador)

Mundialização e subordinação: o Brasil, o movimento do capital e as cadeias globais de valor

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19973>

Em 1985, a indústria brasileira viveu o seu auge, respondendo por aproximadamente 25% do valor adicionado ao PIB. Essa participação, no entanto, vem caindo sistematicamente desde então e, atualmente, corresponde a 15%. Essa perda de importância da indústria gera diversas dúvidas e desafios, tendo em vista que desde 1930 o processo de industrialização está presente nos debates sobre desenvolvimento econômico nos países periféricos, incluindo o Brasil. Esse movimento de desindustrialização parece ter relação com a escolha brasileira pela industrialização via capital transnacional. Essa escolha não levou em consideração o fato de que esse capital tem um movimento próprio de acumulação, o que implica em processos globais de reestruturação e de ocupação dos espaços nacionais. Esse capital se desloca pelo mundo conforme sua estratégia de acumulação, podendo resultar em processos de desindustrialização. Desde meados da década de 1980, em decorrência do movimento de liberalização do comércio, finanças e fluxos de capital, bem como de avanços tecnológicos alcançados nas telecomunicações e sistemas de informação, o capital passou por processos de reestruturação e novas formas de organização produtiva no espaço, constituindo cadeias globais de valor (CGV). As estratégias de Industrialização por Substituição de Importações e Industrialização Orientada para Exportações parecem não ter a mesma relevância que tiveram no passado, pois as novas CGVs descentralizaram as cadeias produtivas em diferentes países, conforme as estratégias de cada capital individual (grupos econômicos), agora atuando globalmente. Neste cenário, o presente trabalho busca analisar a situação da indústria brasileira para compreender sua evolução nas últimas décadas e delinear a sua nova posição nas CGVs frente a esse movimento de deslocalização do capital, conforme sua estratégia global.

Tiago Trindade de Carvalho

Profa. Dra. Anita Kon – PUC/SP (orientadora)

Tecnologias Sociais e Desenvolvimento Ambientais Rurais: Uma Análise do Programa Agroecológico Integrado Sustentável (PAIS) no estado da Bahia

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20046>

O objetivo dessa pesquisa é demonstrar como a utilização de novas tecnologias em territórios rurais (tecnologias sociais), a exemplo do Programa Agroecológico Integrado Sustentável (PAIS), pode proporcionar transformações culturais, econômicas, sociais e ambientais, delineando um desenvolvimento territorial das regiões de forma mais democrática e inclusiva. Para isso, foi feito um estudo bibliográfico e documental de experiências diversas como metodologia para analisar o processo de implantação das unidades produtivas, observando os pontos fortes e as limitações do programa PAIS como proposta de produção limpa e agregadora de valores, avaliando especificamente

casos selecionados de sua aplicação na Bahia. Tecnologias sociais como a PAIS têm contribuído para a inclusão social, a geração de trabalho e renda e a promoção do desenvolvimento rural sustentável principalmente entre os agricultores familiares, como verificado nos resultados dos estudos das ações do programa aqui apresentados, que indicam que esta tecnologia social naquela região, contribui efetivamente para a promoção da segurança e soberania alimentar, a adoção de práticas agroecológicas e geração de renda, em unidades de produção agrícola familiares.

Felipe Morais de Oliveira

Prof. Ladislau Dowbor – PUC/SP (orientador)

Bases informacionais para o desenvolvimento: as contradições na economia e as alternativas atuais

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20548>

As bases informacionais para o desenvolvimento influenciam tomadores de decisão em diversos níveis da sociedade, sobretudo na Gestão Pública. Essas bases são constituídas essencialmente por conceitos teóricos e sistemas de indicadores que indicam o sentido para o desenvolvimento. Sendo assim, essa dissertação objetivou analisar algumas das principais bases informacionais para o desenvolvimento presentes no debate atual, por meio do levantamento de literaturas sobre o tema e estudos de casos empíricos. Apesar da diversidade de abordagens sobre o conceito de desenvolvimento, ao analisar a literatura sobre o tema, pode-se notar uma convergência na definição dos objetivos finais: um incremento de qualidade de vida na sociedade. Assim, inerente à esse conceito, existe uma complexidade, dado à multiplicidade de fatores que estão envolvidos nesse processo. Entretanto, historicamente nas construções teóricas na ciência economia, sobretudo a Escola Neoclássica, essa complexidade foi dando lugar a um reducionismo nas formas de analisar o desenvolvimento. Isso resultou em uma visão economicista, embasando conceitos contraditórios e o uso equivocado de alguns indicadores. Esses mal-usos e contradições são evidentes, sobretudo na definição do crescimento econômico, medido pelo PIB, como único fator considerado para alcançar o desenvolvimento. Em resposta a essas contradições, surgiram novas abordagens sobre o conceito de desenvolvimento, sistematizando toda a complexidade presente no tema, como apresentadas por autores como Amartya Sen e Ignacy Sachs, além de organismos internacionais, como no caso dos ODSs das Nações Unidas. Essa estruturação tem motivado novas formas de medir o desenvolvimento, gerando assim novas bases informacionais, influenciando tomadores de decisão e toda a sociedade. Assim, esse estudo trabalhou com a hipótese geral de que existe um conjunto de novas bases informacionais que tratam de maneira mais eficiente a questão do desenvolvimento, superando as contradições apresentadas na ciência econômica. Concluiu-se que essas novas bases promovem visões holísticas sobre o desenvolvimento, diretamente relacionadas com seus objetivos. Além disso, essas novas bases informacionais têm potencial de serem ferramentas para o diálogo, promovendo um processo decisório mais participativo, democrático, holístico e efetivo.

Davi Chicowski

Prof. Dr. Antonio Corrêa de Lacerda – PUC/SP (orientador)

A indexação da dívida pública à taxa Selic: origem e a persistência após o Plano Real
Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20371>

Esta dissertação analisa o fenômeno da indexação da dívida pública brasileira à taxa média Selic, partindo de uma perspectiva teórica eminentemente pós-keynesiana, em que expõe conceitos como moeda, juros e dívida pública. Prossegue com a abordagem histórica do contexto global em que o Brasil se insere, relatando como ocorreu o surgimento e a intensificação da indexação dos ativos financeiros, que culminou no surgimento da quase-moeda, de indexação diária à Selic. Destaca que a indexação financeira não implica renúncia à liquidez, tampouco a assunção de outros riscos consideráveis pelo credor, em especial risco de mercado. Discute a indexação financeira da dívida pública a juros elevados enquanto mecanismo que interfere no investimento e na produção por prestigiar aplicações financeiras de curto prazo e operações de carry trade. Analisa os impactos dessa indexação sobre a trajetória da dívida pública, a política monetária e a distribuição da renda. Aponta que a discussão não se resume a aspectos técnicos e neutros, mas exterioriza um embate político pela renda nacional, em que os mecanismos de indexação financeira privilegiam setores financeiros e rentistas.

Laís Cristina Soares

Profa. Dr. Rosa Maria Marques – PUCSP (orientadora)

A vulnerabilidade dos 20% mais pobres do Brasil e o mercado de trabalho no período 2004-2014

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20550>

Este trabalho tem como objetivo analisar a inserção dos 20% mais pobres do Brasil no mercado de trabalho e apresentar a evolução de sua inserção no período 2004-2014, a fim de verificar se houve redução da vulnerabilidade e do déficit de trabalho decente dessa parcela da população do país. Partiu-se da constatação de que a inserção dos mais pobres no mercado de trabalho é marcada pela instabilidade ocupacional. O referencial teórico apoiou-se nos conceitos de vulnerabilidade do trabalho e trabalho decente. A seleção dos indicadores para analisar a evolução no mercado de trabalho foi realizada a partir da coerência e aderência aos fundamentos teóricos e a disponibilidade dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Conclui-se que, apesar dos avanços sociais do período e a melhora dos indicadores do mercado de trabalho na média brasileira, a população ocupada dentre os 20% mais pobres não apresentou alterações significativas em sua inserção no mercado de trabalho brasileiro, mantendo um elevado déficit de trabalho decente.

Ricardo Stocco Saponara

Profa. Dra. Elizabeth Borelli – PUCSP (orientadora)

Relevância do setor de seguros na economia brasileira e as determinantes de sua demanda

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20428>

A presente pesquisa visa analisar, com foco no mercado brasileiro, a relevância do setor de seguros na economia e o modo como estes domínios ocasionam mutuamente alterações em seus ambientes; ademais, aborda-se ainda uma perspectiva futura do setor

após as novas disrupções tecnológicas. A fim de alcançar esses objetivos, foram elaborados três capítulos principais, quais sejam: em primeiro lugar, tem-se a evolução histórica do setor de seguros e as principais mudanças no mercado brasileiro, bem como a importância econômica do setor de seguros e como este reagiu à última crise financeira. Posteriormente, há uma revisão da teoria econômica de John Maynard Keynes e discute-se a responsabilidade de ser um investidor institucional, com uma comparação mundial das alocações dos ativos do setor em 2016; em segundo lugar, tem-se a avaliação sobre as decisões individuais frente a riscos e incertezas, seguida por uma análise econométrica baseada em séries macroeconômicas brasileiras durante o período compreendido entre os anos 2000 e 2016, a fim de determinar as mais relevantes determinantes da demanda do setor de seguros, prossegue-se com uma análise setorial brasileira no referido período; e, em terceiro lugar, propõe-se o estudo da evolução histórica da ciência, o nascimento da economia do conhecimento até as tecnologias disruptivas, bem como suas mudanças ocasionadas na economia e no setor de seguros. No que concerne às considerações finais, verificou-se que o setor de seguros precisa perceber sua importância na economia e, aliada ao crescimento promissor que a economia do conhecimento e as tecnologias disruptivas trarão, deve dirigir seus investimentos com a responsabilidade de um crescimento a longo prazo, beneficiando o ambiente econômico social no qual está inserido.

Mariel Liberto Schwartz

Prof. Dr. Rubens R. Sawaya – PUC/SP (orientador)

Além da estabilização: mundialização, concentração e centralização de capital na economia brasileira

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20568>

A revisão teórica, histórica e de indicadores dos processos de acumulação, concentração e centralização de capital na economia brasileira a partir da mundialização nos anos 90 constitui o cerne desta Dissertação. Trata-se de recuperar a perspectiva aberta por Marx no contexto de uma suposta ampliação da concorrência em economias de mercado, especialmente na periferia capitalista. A partir dessa perspectiva teórica e histórica é possível retomar o entendimento da influência das empresas líderes na formação de preços, seguindo a trilha apontada por Kalecki, assim como deixar clara a associação entre neoliberalismo e concentração de capitais na economia brasileira, com destaque para alguns setores estratégicos após a estabilização de preços (Plano Real). Ganham relevância as formas de captura da política econômica assim como os mecanismos de controle que as corporações impõem aos concorrentes, amparadas em seu nível mais avançado de domínio tecnológico, na sua escala de produção e nas vantagens que daí derivam, dificultando a entrada de capitais ou acirrando a rivalidade com os concorrentes, resultando em centralização de capital na forma de fusões e aquisições, levando ao estreitamento da base de capitais envolvidos na disputa. A perspectiva histórica, amparada pela obra de Chesnais, ressalta o oligopólio mundial como a forma geral das estruturas contemporâneas de mercado. Desde os anos 1970 a concentração e centralização da economia mundial são elevadas, seja na forma específica de limitação à competição, seja via poder de monopólio dos grandes grupos econômicos. A internacionalização do capital é um processo em que a produção e a apropriação de mais-valia são realizadas para além dos espaços de origem dos capitalistas. A inserção da economia brasileira nesse processo de mundialização acentua-se na década de 1990 e se consolida nos anos 2000: tratou-se de acelerar a abertura da economia e fomentar a

centralização de capital, processo histórico de ampla reengenharia produtiva, fragilizando a participação do Estado brasileiro na mediação de conflitos e direcionamento do ajuste produtivo. O resultado central da dissertação é explicitar, tendo como referência o legado de Marx, a relação entre a evolução dos processos de concentração e centralização de capitais no Brasil e uma nova etapa da mundialização, permitindo iluminar o processo de ampliação do poder das corporações, inclusive na determinação de preços e na dinâmica da política econômica, inserindo o caso brasileiro nas mudanças implicadas pela crise recente. Se este nosso trabalho de síntese e revisão conceitual servir ao propósito eminentemente didático de alertar com clareza e objetividade para os riscos da ortodoxia doutrinária liberal já terá atendido, ainda que de modo preliminar, à angústia de uma geração que não perdeu a esperança, mas se depara com uma ofensiva sem precedentes das forças econômicas e políticas que imperam através do medo, da ignorância e da subordinação consentida.

Fabricio Silva de Sousa Machado

Prof. Dr. Antônio Corrêa de Lacerda – PUC/SP (orientador)

A crise de 2008: desregulamentação, inovações e alavancagem financeira das economias capitalistas

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20625>

A crise de 2008 permitiu que as teorias de Hyman Minsky fossem reinseridas no debate sobre os rumos da moderna macroeconomia. Sob a perspectiva pós-keynesiana, esse trabalho visa a comprovar a hipótese de que as complexas inovações financeiras, a alavancagem dos mercados financeiros ocorridos no pós-Bretton Woods e a desregulamentação ampliaram a fragilidade e a instabilidade da economia capitalista. Assim, trataremos das causas da crise como um problema de fundamentação teórica do sistema capitalista, pois seu funcionamento está baseado na desregulamentação dos mercados financeiros e na dominância da hipótese dos mercados eficientes. Ao se observar as evidências da crise de 2008, é possível questionar a tese defendida pelos novos clássicos de que a liberalização financeira promoveria uma maior eficiência e estabilidade no sistema, pois, com o colapso dos empréstimos hipotecários do EUA, originado pela proliferação dos produtos securitizados, o problema tornou-se sistêmico. Isso ocorreu em razão da amplificação de estruturas “off-balance” como os shadow bankings, cuja disseminação iniciou-se nos anos 70, ampliando a base de capitais financeiros fora da área de controle dos sistemas de bancos centrais nacionais. Essa situação reforça a importância de compreender o dilema fundamental entre a desregulamentação dos mercados e a instabilidade financeira, objeto central desse trabalho.